



# Federação Nacional dos Médicos

## "SALÁRIOS MILIONÁRIOS" NO SNS ?

Um órgão da imprensa escrita publicou na capa da sua edição de ontem, dia 18 de Agosto, mais um dos títulos sensacionalistas tão a seu gosto e repisando matérias já por várias vezes abordadas nas suas páginas. Desta vez a diferença mais substancial diz respeito a que os supostos "salários milionários" agora já não são generalizados mas restritos a 76 médicos que "ganham 10.000 euros nos centros de saúde".

Num país mergulhado numa profunda crise, que não apenas económica e financeira mas também de valores, publicações sobre "salários elevados" constituem quase sempre motivo de alerta, apreensão, revolta e tentações judicialistas primárias.

Convirá desde já não esquecer que nesta matéria, e porque estamos a falar de profissionais em contrato de trabalho em funções públicas no Serviço Nacional de Saúde, **os salários são públicos**, decorrem da legislação referente à respectiva contratação colectiva e levam em linha de conta diferenciação técnico-científica, experiência, responsabilidade e quantidade de trabalho. Não há aqui matéria especulativa por muito que alguns se esforcem.

Convirá também não esquecer que **o SNS português está a perder progressivamente cada vez mais médicos** (e outros profissionais de saúde) para instituições privadas, emigração e reformas antecipadas. Razões haverão de ter.

A principal mistificação da peça jornalística em causa relaciona-se com o facto de se escolher para título o **valor ilícido** e abusivamente arredondado de remunerações excepcionais. E isso não é inocente porque são os valores em título que ficam na memória da maioria dos leitores e não o resultado final e rigoroso depois de aplicados todos os incontáveis descontos sobre a massa salarial em causa.

Em letras pequenas, escreve-se ao lado do enorme título, que tal se dirige apenas aos médicos no **topo da carreira e se cumprirem objectivos**. Ora no topo da carreira são apenas alguns e quanto a objectivos estamos a falar de quê?

Nas USF, os indicadores pelas quais são avaliadas respeitam ao número de utentes inscritos padronizados por idade, à qualidade quantificada do Acesso, Desempenho Assistencial, Desempenho Económico, mais 4 indicadores seleccionados pela ARS, 2 escolhidos pelo respectivo ACeS e 3 escolhidos pela USF. Nas USF Modelo B, que possuem um modelo de remuneração mista, para além das metas serem regra geral mais exigentes que nas USF Mod A, acrescem ainda mais 17 indicadores relacionadas com as denominadas Actividades Específicas e que abarcam a Saúde da Mulher, Obesidade, Cobertura Vacinal, Saúde Infantil, Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus).

As exigentes metas fixadas para os indicadores referidos são enquadradas através de referenciais e regras definidas pelo Ministério da Saúde e pela ACSS. São monitorizadas e avaliadas no final do ano. Os resultados obtidos são transpostos para um **Relatório Público** anual publicado no *síte* da respectiva ARS.

Convirá ainda referir a existência de estudos independentes realizados a partir de dados oficiais que demonstram que as USF fazem por menor preço mais e melhor que o modelo convencional (<http://www.biusf.pt/>).

Para que o valor ILÍQUIDO duplique e se aproxime dos € 10.000 anunciados, conforme insinua a peça jornalística, **é necessário que, cumulativamente, se verifiquem as seguintes condições:**



# Federação Nacional dos Médicos

1 - O médico seja **assistente graduado sénior** (lugar dependente de vaga no ACeS onde se encontra colocado e não de acesso livre na carreira).

2 - Seja **coordenador de USF Modelo B** (só existem 191, correspondendo a 47,6% do total das USF).

3 - Atinja o valor máximo de valorização nas metas contratualizadas no que diz respeito à **dimensão da lista de utentes e às Actividades Específicas** contratualizadas.

4 - Realize o **n.º máximo de domicílios** previstos por mês (20).

5 - Seja **orientador de formação** de médicos internos de Medicina Geral e Familiar.

Sobre este valor (inferior a € 10.000), que só estará acessível a poucos, incidem as retenções na fonte e toda a carga fiscal em vigor que ultrapassam folgadoamente os 50%.

Ou seja, **no limite e para muitos poucos médicos** na fase mais avançada da sua carreira, com um acréscimo de trabalho qualitativa e quantitativamente muito considerável, o máximo que cada um pode efectivamente ambicionar algum dia vir a auferir no SNS será cerca de **4.500 €**.

Convirá ainda sublinhar mais alguns aspectos: .

1 - Que as **horas extraordinárias médicas realizadas em USF se reduziram drasticamente** relativamente às unidades convencionais. Os profissionais que integram a equipa multiprofissional da USF são responsáveis, solidariamente e dentro de cada grupo profissional, por garantir o cumprimento das obrigações dos demais elementos da equipa durante os **períodos de férias e durante qualquer ausência até duas semanas**.

2 - Que os casos agudos terão todos **resposta no próprio dia**.

3 - Que, nas USF Mod B, os médicos oriundos do regime de 42h em dedicação exclusiva, que rondarão os 60%, **reduziram o seu salário base** (componente fixa do novo salário), aceitando o risco e desafio de o complementar através da **componente variável sensível ao desempenho**.

4 - Que antes da constituição das USF Modelo B havia, e ainda há, médicos a usufruírem remunerações superiores às agora citadas, à custa de horas extra nocturnas efectuadas em serviços de muita duvidosa utilidade (os que não integram a Rede Nacional de Emergência / Urgência). Ou será que já todos se esqueceram que essa foi a principal razão pela qual as USF nunca foram, e continuam a não ser, atractivas em certas regiões do país?

Mas a imagem que alguns pretendem passar é a de um país pobre e falido, onde os médicos supostamente trabalham pouco e usufruem salários milionários. Assim se contribui para alicerçar cada vez mais uma visão catastrofista que a (quase) todos afunda, desacreditar profissões socialmente estruturantes (médicos, outros profissionais de saúde, dentro e fora do SNS, professores, ...), fazer baixar o valor do seu trabalho e ir adubando cada vez mais o terreno para entregar mais esta "área de negócio" aos grandes empreendedores multinacionais em negócios que movimentam no seu todo milhares de milhões de euros.

Do Ministério da Saúde só podemos exigir a sua vinda a público em defesa do bom nome dos seus profissionais e das regras de contratualização ainda recentemente por si actualizadas.

19 de Agosto de 2014

A Comissão Executiva da FNAM